

## Ata nº 006/2025 - Reunião Ordinária 18 de junho de 2025 - Conselho Administrativo

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às 10 horas, foi realizada reunião ordinária do Conselho do BCPREVI, na sala de reuniões do BCPREVI, com a presença do Diretor-Presidente Sr. João Olindino, do seu suplente Sr. Jackson Fernando, da Presidente do Conselho Sra. Carla, e dos conselheiros Ana Cláudia, Philipe e o Sr. Lolli e o contador do BCPREVI Sr. Sidnei. Com a seguinte pauta: 1. Alteração Política de Investimentos. 2. Apresentação resumida ALM. 3. Contratação de um sistema de investimentos, com plataforma de Investimentos. 4. Assuntos Gerais. A Presidente a Sra. Carla deu início à reunião com as boas-vindas aos presentes, informando mudar a ordem da pauta sendo que seria iniciado pela explanação técnica sobre a ALM passando assim a palavra ao Gestor de Investimentos do Instituto Sr. Sidnei que apresentou os participantes on-line por meio da plataforma Google Meet o representante da assessoria de investimentos, Victor Pavan, deu início à apresentação do estudo de ALM detalhando a metodologia adotada, fundamentada na compatibilização entre os fluxos de ativos (investimentos e receitas do RPPS) e passivos (despesas previdenciárias projetadas). Foram utilizadas premissas da avaliação atuarial vigente, com destaque para a adoção de hipótese conservadora de não reposição de segurados ativos, reforçando a robustez do estudo em cenários adversos. Victor explicou que a massa de servidores ativos da BCPREVI possui idade média em torno de 45 anos, o que projeta um aumento nas despesas com aposentadorias a partir de 2031. Contudo, até esse período, o RPPS apresenta superávit financeiro, o que permite estratégias de investimento mais eficientes e alongadas, sem necessidade de desinvestimentos prematuros. Foram feitos alguns questionamentos e respondidos, finalizando a apresentação e seguindo a pauta. 2. Alteração da Política de Investimentos foi apresentada ao Conselho a proposta de alteração da Política de Investimentos da entidade, com o objetivo de adequar os percentuais de alocação por segmento às condições atuais do mercado e às estratégias adotadas pela gestão, bem como trazido pela ALM de 2025. A sugestão contempla a redução da alocação máxima permitida nos fundos de renda variável, conforme inciso I do artigo 8º, de 13,78% para 11,50%; o aumento da alocação nos fundos de participações – FIP, conforme inciso II do artigo 10º, de 3,28% para 5,00%; e, ainda, o aumento da alocação nos fundos de investimentos imobiliários – FII, conforme artigo 11º, de 0,44% para 1,00%. Os membros do Conselho interpretaram que os ajustes propostos refletem de forma mais coerente a realidade da carteira atual e a estratégia de diversificação adotada, permitindo maior flexibilidade na gestão sem comprometer o perfil de risco do RPPS. Após os devidos esclarecimentos e discussões, a proposta foi colocada em votação pela presidente Carla e aprovada pelo Conselho. Segue para o terceiro assunto a apresentação para contratação de um sistema para plataforma de investimentos, com a palavra o Gestor de investimentos Sr. Sidnei salientou que hoje as nossas análises dependem fortemente de vendedores de fundos e buscas manuais na internet, o que dificulta ter uma visão consolidada da carteira com a aquisição de uma plataforma profissional teríamos acesso centralizado a todos os fundos do mercado brasileiro e informações atualizadas, métricas, históricos completos ganho de eficiência, redução de erros, visão mais sólida e profissional na gestão da carteira. Logo após o Conselho fez questionamento sobre valores, como seria a forma de aquisição do produto, sobre a avaliação do Comitê de Investimentos sobre a aquisição desta plataforma, diante dos vários questionamentos foi acordado com o Sr. Sidnei um levantamento de propostas com mais de uma empresa e uma nova apresentação em uma reunião a ser agendada posteriormente. Passando para o último item 4. Assuntos Gerais foi retomado o conteúdo sobre a aquisição do terreno do INSS com a anuência e ciência da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú para a construção da sede

do BCPREVI, com a palavra o Sr. Presidente informou que a COMUNVAL fez uma avaliação para poder negociar junto ao INSS, sendo enviado ao INSS proposta em 26 de maio do corrente ano através de ofício ao Sr. Presidente do INSS Sr. Alessandro Stefanutto e colocado junto ao processo judicial a proposta de compra seguinte, iniciando no valor de avaliação de R\$ 19.452.587,80 (dezenove milhões quatrocentos e cinquenta e dois, quinhentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos) sendo pagos em 8 parcelas semestrais de R\$ 2.431.573,47 (dois milhões, quatrocentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos) pagamento a ser efetuado no prazo máximo e improrrogável de 04 (quatro anos), em 08 (oito) parcelas semestrais e fixas iniciando a primeira no mês de janeiro de 2026 no valor de R\$ 2.431.573,47. (dois milhões, quatrocentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos) e as seguintes em 31/01/2026, 31/07/2026, 31/01/2027, 31/07/2027, 31/01/2028, 31/07/2028, 31/01/2029, 31/07/2029 todas no valor de R\$ 2.431.573,47. (dois milhões, quatrocentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos). Após explanado ficou acordado de dar visibilidade aos servidores e aos outros Conselhos para primar pela transparência e seriedade da ação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h45 pela Presidente Sra. Carla. Eu, Luciana Maria Nardini, secretariei e lavrei a presente ata e após aprovada será assinada pelos demais membros presentes. Balneário Camboriú, 18 de junho de 2025.

#### Assinatura dos participantes

João Olindino Koeddermann

Kalinka Floriano Peteres

Philippe de Souza

Jackson Fernando de Medeiros

Carla Rosane Munari da Silveira

Valdi Lolli

Ana Claudia Emerenciano

Sidnei Riquetta

